

# Política de pesquisa: ressonâncias de um debate

Renato Dagnino

Embora sem ser uma continuação do artigo "Novo tom para o debate sobre pesquisa", aqui publicado no número de dezembro último, este artigo retoma o tema. Desta vez dando a conhecer o conteúdo da discussão realizada em recente reunião de trabalho sobre "Política de Pesquisa para a Universidade".

Tal como se mencionava naquele artigo, realizou-se no início de dezembro passado um encontro informal entre colegas reconhecidos pela sua experiência e liderança como pesquisadores para a discussão do tema proposto. Foram especialmente convidados e estiveram presentes os professores Carlos Brandão, Hélio Waldman, Ivan Chambouleyron, Mario Martinez, Otávio Ianni, Sônia Bergamasco, Wilson Cano e o pró-reitor de Pesquisa, professor Carlos Brito Cruz.

Como moderador (ou provocador), e por solicitação da Comissão de Política de Pesquisa da Adunicamp, me comprometi a reunir num pequeno artigo os principais pontos de consenso e, principalmente, de divergências que apareceram na reunião. Mais do que reproduzir a rica discussão realizada, busco polemizar visando ao seu prosseguimento.

Serviu como provocação ao debate uma exposição centrada nos pontos abaixo sintetizados. Muitos deles já haviam sido assinalados no relatório da Comissão de Política e Pesquisa, publicado no *Jornal da Adunicamp* em novembro passado. Apesar de um tanto extensa, ela foi aqui reproduzida porque permite aos colegas, por exclusão, informarem-se sobre as preferências do conjunto dos participantes da reunião e porque sugere uma agenda para futuras discussões.

## Pontos de partida

— a Unicamp não tem explicitado, ao longo de sua trajetória, uma política de pesquisa. Embora prevista desde a fundação da Universidade, uma instância de coordenação da pesquisa, semelhante à Câmara de Ensino, nunca chegou a funcionar.

— não obstante, ainda que por omissão, existe uma política (ou agregado de políticas) sendo implementada.

— esta "não-política" tende a deixar as injunções externas o direcionamento de nossa pesquisa, a perpetuar situações indesejáveis etc.

— uma política de pesquisa explícita e conjuntamente definida contribuiria para aumentar a eficácia desta e de outras atividades que realizamos.

— não interessa à Comissão a avaliação da experiência passada, ela é uma tarefa permanente da direção da Universidade.

— o objetivo da comissão é iniciar um processo de discussão, ao mesmo tempo e desde o início, multidisciplinar, participativo, academicamente sólido e agregador, capaz de incorporar um número crescente de colegas e as instâncias de coordenação da Universidade.

— um processo com estas características é a única garantia de que, sem cercar a nossa legítima autonomia de pesquisa, se possa adicionar à meta da qualidade acadêmica a da interdisciplinaridade e a da relevância social como balizamentos para nossa atividade de pesquisa.

## Construindo uma terceira posição

Existem duas posições extremas a respeito da pesquisa universitária:

• primeira posição: a pesquisa é necessária basicamente para a formação de recursos humanos; seu conteúdo deve estar pautado somente em critérios acadêmicos, e sua qualidade aferida por padrões internacionais.

• segunda posição: a pesquisa se justifica apenas porque é necessária na luta contra a "fome e a miséria etc". Portanto, deve estar direcionada para desenvolver conhecimentos e tecnologias voltadas para finalidades sociais.

— é necessária uma "terceira posição" que evite disjuntivas inconseqüentes e paralisantes e potencialize algumas características de nossa Universidade, que a distingam do cenário nacional:

- a qualidade já alcançada e a vocação para pesquisa e a pós-graduação;
- a relativa flexibilidade institucional;
- a capacidade existente e a experiência para o trabalho interdisciplinar;
- a experiência para a execução de projetos de grande porte orientados à intervenção na sociedade e no setor produtivo.

— esta "terceira posição", que deverá pautar a elaboração de uma política de pesquisa, se fundamenta em dois elementos:

1. **Interdisciplinaridade.** Contraopondo-se à tendência de segmentação e compartimentalização do conhecimento ainda vigente, ganha força no ambiente científico internacional a tendência à pesquisa interdisciplinar. A interdisciplinaridade não é apenas um novo desafio acadêmico, é uma exigência colocada pelos problemas emergentes no mundo real, cada vez mais complexos e "multidisciplinares". É também um caminho para reorientar nossa docência, hoje inerte ante o dilema de formar profissionais para um "mercado" que reproduz um passado que queremos mudar, ou preparar para um futuro que se afigura um reflexo distorcido das sociedades ditas avançadas mas que sabemos "sem futuro".

2. **Relevância social.** O "contrato social" do pós-guerra disseminou no ambiente de pesquisa universitária a concepção de que a atividade científica se autojustifica; que ao pesquisador compete apenas o exercício eficiente de suas atividades e, ao Estado, o seu fomento. Este "contrato social" vem sendo questionado no mundo inteiro. É crescente a pressão externa à universidade e às iniciativas internas visando aumentar a relevância social da pesquisa e atenuar a influência das lógicas internas das disciplinas — aumentar a relevância social da pesquisa supõe duas iniciativas que dependem da universidade:

- estabelecer uma política de pesquisa apoiada na interdisciplinaridade, que possibilite o tratamento adequado, e de maneira compatível com os padrões de qualidade inerentes ao meio universitário, questões atinentes ao conjunto da sociedade.
- modificar os critérios de fomento à pesquisa hoje praticados.

## Política de pesquisa e cenário desejável

— a Unicamp tem capacidade suficiente para, a partir do estabelecimento de cenários sócio-econômicos desejáveis, estabelecer metas globais de desenvolvimento científico e tecnológico que orientem sua política de pesquisa.

— a condição necessária para a solução da maior parte dos problemas sociais — que afetam a maioria da população — é a mudança política da sociedade brasileira.

— muitos deles, entretanto, demandarão, para que o processo de mudança desejado seja exitoso, ações em que a universidade deve participar.

— o país que todos queremos é impensável sem a solução desses problemas. Ele irá, cedo ou tarde, acontecer. Sua rapidez e eficácia dependem, também, da universidade.

Do amplo espectro de temas acima indicados, mereceu especial atenção dos participantes a questão dos critérios que deveriam orientar uma política de pesquisa e, por extensão, o próprio conteúdo da pesquisa a ser desenvolvida na Universidade.



A provocação ali colocada era a respeito da conveniência de que, como critério assessorio/subsidiário ao da qualidade, se adotasse um critério secundário relativo à relevância social da pesquisa. Ou seja, que a comunidade universitária pautasse o seu trabalho não apenas pela obtenção de níveis crescentes de qualidade, mas que, em paralelo e sem compromissos daquela qualidade, procurasse desenvolver pesquisas com alguma relevância social.

A discussão explicitou a existência de três posições. As duas primeiras, como se constata a seguir, consistem de uma variação da apontada acima em primeiro lugar. A acima caricaturizada como a segunda posição extrema, como era de se esperar, não foi defendida por nenhum dos participantes. A postura assumida pelo documento da Comissão de Política de Pesquisa, que acima denominamos de "terceira posição", não foi a majoritária.

A primeira postura defendida na reunião considera a questão da relevância social como algo não pertinente. Ela pode ser sintetizada na expressão "qualquer pesquisa de qualidade é por si só, e sempre, relevante do ponto de vista social". Em consequência não haveria porque adotar critérios subsidiários ao da qualidade. Esta posição sustenta que a busca de níveis de qualidade de cada vez mais elevados é o único compromisso da universidade em relação à sociedade, e que qualquer critério suplementar, além de inócuo, poderia introduzir um ruído prejudicial. Não haveria necessidade de considerações prévias para a definição do conteúdo da pesquisa; a não ser, é claro, a decorrente do julgamento dos pares. Embora *ex post*, ele realimentaria o processo garantindo que a pesquisa atendesse aos padrões de qualidade internacionalmente aceitos. Pode-se inferir que, no limite, o estabelecimento do "portfólio de projetos" de uma instituição seria o resultado da agregação de decisões atomizadas de seus integrantes, pautadas pelo critério implícito de maximização da qualidade passível de ser alcançada. As conhecidas críticas à maneira como o critério da qualidade é implementado em países periféricos não são consideradas procedentes; pelo menos até que um procedimento melhor possa ser adotado.

A segunda postura discorda da asserção feita acima, de que a Unicamp teria alcançado um nível de qualidade suficiente para que critérios suplementares pudessem ser implementados. Coloca que antes que se alcance um nível semelhante ao das universidades norte-americanas ou européias, a adoção de um critério de relevância social, ainda que subsidiário, tenderia a dificultar a busca da qualidade. Como se o critério de

relevância pudesse ser instrumentalizado por professores que, se escudando numa pretensa busca de maior relevância social, procurariam obter maior poder dentro da estrutura da universidade, sufocando de alguma maneira os pesquisadores de maior competência — ou seja, os que produzem resultados de maior qualidade. Embora não negando liminarmente (como no caso da posição anterior) a pertinência de critérios como os de relevância social ou interdisciplinaridade, ela coloca que sua adoção no presente estágio de desenvolvimento da universidade levaria a uma manipulação da estrutura da pesquisa que conduziria ao desvirtuamento de nosso compromisso com a sociedade. Assim não seriam aqueles critérios suplementares (principalmente o de relevância social) em si mesmos, mas sim a forma como tenderiam a ser implementados, o que levaria a uma situação pior do que a atual. A negação da validade ou pelo menos da oportunidade de adoção de critérios que não o da qualidade seria uma maneira pragmática de impedir aquele desvirtuamento. Embora não se negue que o critério da qualidade pode também servir como um "escudo", ainda não se visualiza uma solução de compromisso mais adequada.

O fato de que, pelo menos em termos práticos, as duas posições se confundam com a primeira postura extrema acima caricaturizada não chega a surpreender. Afinal, a trajetória (para não falar política) que tem seguido nossa pesquisa não poderia deixar de ser coerente com as percepções mais influentes em nossa universidade. Embora essa postura negue a conveniência da formulação de uma política de pesquisa e, no limite, uma reflexão que fundamente esta opção, é interessante ressaltar que todos os participantes da reunião consideraram importante a discussão realizada. Isto pode ser entendido como uma concessão à possibilidade de que seu prosseguimento venha a produzir orientações conjuntamente definidas que levem a uma melhoria do processo de decisão acerca de que pesquisa deveremos desenvolver. Talvez até mesmo a meta da qualidade (mesmo que entendida simplesmente como prestígio internacional), para não citar outras acima apontadas — interdisciplinaridade e relevância social —, só possam ser eficazmente alcançadas numa universidade como a nossa através de uma reflexão conjunta como a que se inicia.

É por essa razão, e para estimular a participação do conjunto dos colegas da Universidade, que a Comissão de Política de Pesquisa está preparando uma coletânea a ser publicada pela Adunicamp, contendo as contribuições dos participantes da reunião. De forma a conferir ainda mais solidez ao debate, e explorando o fato de que, apesar das observações muito pertinentes e atuais decorrentes da experiência dos participantes, o conteúdo dos argumentos apresentados não seja novo, a coletânea deverá incluir uma outra contribuição. Ela consistirá, justamente, de uma revisitação de dois velhos debates travados no âmbito da universidade latino-americana tendo como referência a experiência internacional. Ela abordará o debate sobre a universidade e seu papel na sociedade e o debate sobre a aderência de critérios de avaliação da qualidade da pesquisa ao contexto sócio-econômico em que ela se realiza.

Em nome da Comissão de Política de Pesquisa da Adunicamp, convido os colegas a se inteirarem do estágio atual das discussões e delas participar.

Renato Dagnino é professor do Departamento de Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências da Unicamp

## UNICAMP — Universidade Estadual de Campinas

Reitor — José Martins Filho. Vice-reitor — André Maria Pompeu Villalobos. Pró-reitor de Extensão e Cultura — Archimedes Perez Filho. Pró-reitor de Desenvolvimento Universitário — José Tadeu Jorge. Pró-reitor de Pesquisa — Carlos Henrique de Brito Cruz. Pró-reitor de Graduação — José Tomaz Vieira Pereira. Pró-reitor de Pós-Graduação — Hermógenes de Freitas Leitão Filho.



Elaborado pela Assessoria de Imprensa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Periodicidade mensal. Correspondência e sugestões: Cidade Universitária "Zeferino Vaz", CEP 13081-970, Campinas-SP — Telefones (0192) 39-7865, 39-7183, 39-8404. FAX (0192) 39-3848. Editor — Eustáquio Gomes (MTb 10.734). Subeditor — Amarildo Carnicel (MTb 15.519). Redatores — Antônio Roberto Fava (MTb 11.713), Célia Piglion (MTb 13.837), Graça Caldas (MTb 12.918), Nadir Antonia Platano Peinado (MTb 16.413), Raquel do Carmo Santos (MTb 22.473) e Roberto Costa (MTb 13.751). — Paulo César do Nascimento (MTb 14.812) - colaborador. Fotografia — Antoninho Marmo Perri (MTb 828). Projeto Gráfico — Amarildo Carnicel. Ilustração e arte-final — Oséas de Magalhães. Diagramação — Roberto Costa. Serviços técnicos — Clara Eli de Mello, Dário Mendes Crispim, Dulcinea Ap. B. de Souza, Edson Lara de Almeida, Hélio Costa Júnior e Sônia Regina T.T. País. Paginação, Fotolitos e Impressão — IMESP.